

**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil nº 06.2020.00001626-6**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **ALAÉCIO MARCHI**, brasileiro, casado, mestre de obras, filho de José Senador Marchi e Doralice Raiser Marchi, carteira de identidade nº 4.290.770 e inscrito no CPF sob o nº 030.071.869-19, casado com **Maria Solene da Cunha Marchi**, brasileira, casada, do lar, filha de Ivanézio Batista da Cunha e Leonélia da Silva, carteira de identidade nº 5.492.558, e CPF nº 072.568.699-59, residentes na Rua Pedro Cardeal, s/nº próximo à Igreja, bairro Cedrinho, na cidade de Brusque/SC, e **ODAIR MARCHI**, brasileiro, divorciado, pedreiro, filho de José Senador Marchi e Doralice Raiser Marchi, carteira de identidade nº 4.411.481 e CPF nº 034.584.259-69, residentes na Rua Pedro Cardeal, s/nº, próximo à Igreja, bairro Cedrinho, na cidade de Brusque/SC, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00001626-6, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, do meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que: *"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]"*

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*;

**CONSIDERANDO** que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que o Representado **Alaécio Marchi** destruiu mata nativa em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel situado na Estrada Geral Saudade Grande, s/nº, Bairro Saudade Grande, no Município de Nova Trento/SC, conforme Auto de Infração Ambiental nº 11549-D;

**CONSIDERANDO** que a partir disso foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2020.00001626-6, para buscar a recuperação, e em reunião, os Representados manifestaram interesse em celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta;

**RESOLVEM**

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas a fim de minimizar o impacto causado ao meio ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

**1. DO OBJETO**

**Cláusula 1ª:** este termo tem como objeto a reparação do dano

ambiental causado pelos **COMPROMISSÁRIOS**, decorrente da destruição de mata nativa em uma área de 21.800,00m<sup>2</sup> de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, em imóvel situado na Estrada Geral Saudade Grande, s/nº, Bairro Saudade Grande, no Município de Nova Trento/SC, entorno das coordenadas UTM 22J 689.226m E , 6.974.457m N, objeto da matrícula imobiliária nº 4095, do Registro de Imóveis desta Comarca de São João Batista.

## 2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

### 2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

**Cláusula 2ª:** os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer consistente em recuperar o dano ambiental causado na área descrita na Cláusula anterior, mediante a execução e implementação de Projeto de Recomposição Vegetal – PRV, devidamente aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA, cumprindo rigorosamente com as condicionantes estabelecidas na autorização, além de respeitar o cronograma de execução proposto.

**Parágrafo Único:** o Projeto de Recomposição Vegetal – PRV aprovado pelo IMA (Processo Administrativo RVG/11074/CRF), assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão, integram este instrumento para todos os fins legais.

**Cláusula 3ª:** os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de averbar a área de preservação permanente na matrícula do imóvel no Cartório competente, assim como a averbação de cópia do presente Termo de Ajustamento de Condutas.

**Cláusula 4ª:** os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer, consistente em adotar todas as medidas necessárias para a recuperação da área degradada, especialmente aquelas indicadas no Projeto de Recomposição Vegetal – PRV (Processo Administrativo RVG/11074/CRF), bem como aquelas porventura indicadas pela Polícia Militar Ambiental ou por técnico do Órgão Ambiental no(s) auto(s) de constatação (Cláusula 7ª).

**Cláusula 5ª:** em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento;

**Parágrafo Primeiro:** se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como

responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento;

**Parágrafo Segundo:** se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

## 2.2. DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

**Cláusula 6ª:** os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de não fazer qualquer outra intervenção de cunho ambiental na Área de Preservação Permanente, exceto nas hipóteses previstas em lei e observada, quando for o caso, a prévia licença ambiental devida.

## 3. DA FISCALIZAÇÃO

**Cláusula 7ª:** a fiscalização das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será realizada pela Polícia Militar Ambiental ou por técnico do Órgão Ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, conforme eventuais requisições pelo Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário;

**Parágrafo Primeiro:** fica, desde já, estabelecimento e convencionado entre as partes que será realizada vistoria *in loco* sem prévio aviso até integral recuperação da área;

**Parágrafo Segundo:** eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

## 4. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

**Cláusula 8ª:** em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, os **COMPROMISSÁRIOS** sujeitar-se-ão, a título de cláusula penal, em incidência de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, a ser recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa incidirá de forma independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas e não exime os **COMPROMISSÁRIOS** de

darem andamento à execução da obrigação inadimplida;

**Parágrafo Segundo:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Terceiro:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Cláusula 9ª:** o **COMPROMITENTE** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face dos **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.

## 6. DA VIGÊNCIA

**Cláusula 10ª:** o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula 11ª:** as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**Cláusula 12ª:** este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Cláusula 13ª:** este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil.

**Cláusula 14ª:** as partes elegem o Foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente TAC.

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 4 (quatro) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 28 de agosto de 2020.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Alaécio Marchi**  
Compromissário

**Maria Solene da Cunha Marchi**  
Compromissária

**Odair Marchi**  
Compromissário